

Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais

Rosa Cabecinhas¹

“The pictures inside the heads of these human beings, the pictures of themselves, of others, of their needs, purposes, and relationship, are their public opinions. Those pictures which are acted upon by groups of people, or by individuals acting in the name of groups, are Public Opinion with capital letters”.

Walter Lippmann, 1922

1. Introdução

Em 1922, o jornalista e analista político Walter Lippmann publica *Public Opinion*, uma obra que analisa como as pessoas constroem as suas representações da realidade social e de que forma essas representações são afectadas tanto por factores internos como externos. Segundo Lippmann, as ‘representações’ – *the pictures inside the heads* – funcionam como ‘mapas’ guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informação complexa, mas também são ‘defesas’ que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais. As representações não são o espelho da realidade, mas sim versões hiper-simplificadas da realidade.

As representações nunca são neutras, pois dependem mais do observador do que do objecto, já que este *define* primeiro e *vê* depois:

“For most part we do not first see, and then define, we define first and then see. In the great blooming, buzzing confusion of the outer world we pick out what our culture has already defined for us, and we tend to perceive that which we have picked out in the form stereotyped for us by our culture” (Lippmann, 1922/1961: 81)

Lippmann debruça-se sobre a forma como a cultura nos fornece os elementos para ‘recortar’ a realidade em elementos significativos, conferindo-lhe nitidez, distintividade, consistência e estabilidade de significado. O autor reflecte sobre as limitações humanas no processamento da informação e sobre a forma como os preconceitos introduzem enviesamentos na selecção, interpretação, memorização, recuperação e uso da informação. Neste sentido, podemos considerar que esta obra de Lippmann constitui um primeiro esboço de uma área de estudo hoje dominante no seio da psicologia social: a cognição social.²

2. Imagens e clivagens: as funções dos estereótipos sociais

Lippmann (1922/1961) é considerado o fundador da conceptualização contemporânea dos estereótipos e do estudo das suas funções psicossociais (e.g., Ashmore e DelBoca, 1981; Marques e Paéz, 2000). O termo ‘estereótipo’ já existia desde 1798, mas o seu uso corrente estava reservado à tipografia, onde designava uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo texto (Stroebe e Insko, 1989). O termo também já era usado de forma esporádica nas ciências sociais para denotar algo ‘fixo’ e ‘rígido’, o que se prende com a origem etimológica da palavra: *stereo* que, em grego, significa ‘sólido’, ‘firme’.

Por analogia, Lippmann salientou a ‘rigidez’ das imagens mentais, especialmente aquelas que dizem respeito a grupos sociais com os quais temos pouco ou nenhum contacto directo. A visão dos estereótipos como algo rígido caracterizou muitos dos estudos posteriores sobre esta temática. No entanto, o autor não descurou a possibilidade de mudança dos estereótipos e salientou o carácter criativo da mente humana.

Lippmann conceptualizou os estereótipos como resultantes de um processo ‘normal’ e ‘inevitável’, inerente à forma como processamos a informação, mas a maior parte dos estudos empíricos realizados até aos anos cinquenta caracterizaram os estereótipos como um tipo inferior de pensamento, situando-os no domínio do ‘patológico’: estes seriam projecções de fantasias indesejáveis, deslocamentos de tendências agressivas para os membros de outros grupos, ou subprodutos de síndromes de personalidade associadas ao autoritarismo e intolerância (e.g., Adorno, Frenkel-Brunswick, Levison e Sanford, 1950; Rockeach, 1948). Assim, algumas das ideias inovadoras de Lippmann foram negligenciadas pela grande maioria das investigações efectuadas nas três décadas seguintes sobre estereótipos, só sendo recuperadas e amplamente desenvolvidas a partir dos trabalhos de Bruner, Allport e Tajfel.

Lippmann (1922/1961) define os estereótipos como imagens mentais que se interpoem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade. Segundo o autor, os estereótipos formam-se a partir do sistema de valores do indivíduo, tendo como função a organização e estruturação da realidade:

“For the real environment is altogether too big, too complex, and too fleeting for direct acquaintance. We are not equipped to deal with so much subtlety, so much variety, so many permutations and combinations. And although we have to act in that environment, we have to reconstruct it on a simpler model before we can manage with it. To traverse the world men must have maps of the world” (Lippmann, 1922/1961: 16)

Interrogando-se sobre os factores que contribuiriam para o que “the pictures inside so often misleads men in their dealing with the world outside”, Lippmann aponta limitações externas – a censura e a falta de contacto directo – e limitações internas: “this trickle of messages from the outside is affected by the stored up images, the preconception, and the prejudices which interpret, fill them out, and in their turn

powerfully direct the play of our attention, and our vision itself” (1922/1961: 16).

Lippmann salienta o papel activo do indivíduo na construção dos estereótipos que são sempre ‘selectivos’ e ‘parciais’ (1922/1961: 80). Na sua análise encontramos elementos sobre as funções psicossociais dos estereótipos, que viriam a ser desenvolvidas e estudadas empiricamente algumas décadas depois por Allport (1954/1979), que liga explicitamente os estereótipos ao processo de categorização, e por Tajfel (1969) que, pela primeira vez, explicita as suas funções cognitivas e sociais, integrando-as num modelo explicativo das relações intergrupais. Relativamente às funções cognitivas, Lippmann (1922/1961: 81-95) salienta a ‘economia de esforço’, as ‘necessidades de definição’, ‘distinção’, ‘consistência’ e ‘estabilidade’. No que respeita às funções sociais, o autor enfatiza o papel dos estereótipos na ‘defesa’ dos interesses do indivíduo:

“The systems of stereotypes may be the core of our personal tradition, the defenses of our position in society. (...) In that world people and things have their well-known places, and do certain expected things. We feel at home there. We fit in. We are members” (Lippmann, 1922/1961: 95).

Um dos motivos que explicaria o carácter ‘fixo’ dos estereótipos seria precisamente a necessidade do indivíduo proteger a sua definição da realidade:

“any disturbance of the stereotypes seems like an attack upon the foundations of the universe. It is an attack upon the foundations of our universe, and, where big things are at stake, we do not readily admit that there is any distinction between our universe and the universe. (...) A pattern of stereotypes is not neutral. (...) It is the guarantee of our self-respect; it is the projection upon the world of our own sense of our own value, our own position and our own rights. The stereotypes are, therefore,

highly charged with the feelings that are attached to them. They are the fortress of our tradition, and behind its defense we can continue to feel ourselves safe in the position we occupy” (Lippmann, 1922/1961: 96).

É precisamente pelo seu papel na manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *statu quo*, que os estereótipos dificilmente são abalados por informação incongruente com os mesmos.

“There is nothing so obdurate to education or to criticism as the stereotype. It stamps itself upon the evidence in the very act of securing the evidence. (...) If what we are looking at corresponds successfully with what we anticipated, the stereotype is reinforced for the future (pp.98-99). (...) For when a system of stereotypes is well fixed, our attention is called to those facts which support it, and diverted from those which contradict” (Lippmann, 1922/1961: 119).

Neste sentido, Lippmann faz referência ao que posteriormente se veio a designar como ‘profecias auto-confirmatorias’ (Merton, 1949/1968), amplamente demonstradas pelos estudos em cognição social (e.g., Hamilton, 1979). Quando um membro de determinado grupo age de forma contraditória ao estereótipo, Lippmann considera que, na maior parte das vezes, este membro passa a ser visto como uma exceção, mantendo-se o estereótipo intacto. Este só é abalado se o indivíduo ainda tiver alguma flexibilidade de espírito ou se a informação incongruente for demasiado impressionante para ser ignorada:

“If the experience contradicts the stereotype, one of two things happens. If the man is no longer plastic, or if some powerful interests make it highly inconvenient to rearrange his stereotypes, he pooh-poohs the contradiction as an exception that proves the rule, discredits the witness, finds a flaw somewhere, and manages to forget it. But if he is still curious

and openminded, the novelty is taken into the picture, and allowed to modify it. Sometimes, if the incident is striking enough, and if he has felt a general discomfort with his established scheme, he may be shaken to such an extent as to distrust all accepted ways of looking at life” (Lippmann, 1922/1961: 100).

Estes aspectos viriam a ser estudados algumas décadas mais tarde por Allport (1954/1979) e amplamente demonstrados por estudos em cognição social. O autor salienta o carácter rígido dos estereótipos e o facto de estes constituírem imagens demasiado ‘generalizadas’ e ‘exageradas’ que descuram a variabilidade dos membros dos outros grupos e negam a sua individualidade (Lippmann, 1922/1961: 116).

Este aspecto foi empiricamente demonstrado pelos estudos sobre o *efeito de acentuação* – a tendência para exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e para acentuar as diferenças entre membros de categorias diferentes (Tajfel e Wilkes, 1963) – e sobre o *efeito de homogeneidade do exogrupo* – a tendência de perceber o grupo dos outros como mais homogéneo do que o grupo de pertença (Quattrone e Jones, 1980).³

Lippmann debruçou-se ainda sobre o poder dos ‘rótulos’ e os seus efeitos nefastos na percepção das pessoas: “They are too empty, too abstract, too inhuman” (1922/1961: 160). Na perspectiva do autor, só uma longa educação crítica permitiria aos indivíduos tomarem consciência do carácter diferido e subjectivo da respectiva apreensão da realidade social (p.126). Embora salientando o papel da educação – “the supreme remedy”(p.408) – Lippmann considera os estereótipos inevitáveis:

“Yet a people without prejudice, a people with altogether neutral vision, is so unthinkable in any civilization of which it is useful to think, that no scheme of education could be based upon that ideal. Prejudice can be detected, discounted, and refined, but so long as finite men must compress into a short schooling preparation for

dealing with a vast civilization, they must carry pictures of it around with them, and have prejudice” (1922/1961: 120).

Esta concepção sobre a inevitabilidade dos estereótipos, porque inerentes ao funcionamento cognitivo normal, só começou a ser sistematicamente analisada pelas investigações da *Nova Vaga* no estudo dos estereótipos (e.g., Bruner, 1957). Outros dos aspectos enfatizados por Lippmann foi o facto do senso comum, na maior parte dos casos, não procurar infirmar as suas hipóteses, mas sim confirmá-las: “in the codes that come unexamined from the past or bubble up from the caverns of the mind, the conception is not taken as an hypothesis demanding proof or contradiction, but as a fiction accepted without questions” (1922/1961: 122-123).

A delimitação das condições em que os indivíduos enveredam pela confirmação automática das hipóteses ou em que encetam processos de infirmação das mesmas constitui um aspecto central na pesquisa actual sobre os estereótipos (e.g., Snyder, 1981).

Lippmann considera que as pessoas ‘ignorantes’ têm maior tendência para efectuarem estas generalizações acriticamente do que as ‘cultas’, mas recorda que todos possuímos estereótipos, uma vez que “inevitably our opinion cover a bigger space, a longer reach of time, a greater number of things, than we can directly observe” (1922/1961: 79). Todos os seres humanos são como os prisioneiros da caverna de que nos fala Platão, no Sétimo Livro da *A República*.

3. Imagens a Preto e Branco: O poder dos estereótipos sociais

O estudo empírico dos estereótipos começou pouco depois da publicação da obra de Lippmann. Ainda na década de vinte, fortemente influenciado pela definição dos estereótipos como ‘pictures inside our heads’, Rice (1926-1927; referido por Oakes, Haslam e Turner, 1994) realizou um estudo em que apresentou aos participantes uma série de fotografias de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais. Estes efectuaram facilmente correspondências entre as fotografias e os ‘social types’ e procederam a

atribuições de traços de personalidade, baseando-se neste processo de correspondência. Esta técnica não teve, contudo, grande sucesso na altura, só vindo a ser recuperada muito mais tarde (Leyens *et al.*, 1994).

Durante as primeiras décadas do estudo dos estereótipos, a técnica mais utilizada foi a lista de adjectivos (Katz e Braly, 1993). Antes de nos referirmos aos estudos destes autores, parece-nos necessário abrir um breve parêntese a propósito de alguns estudos clássicos sobre discriminação social realizados no âmbito do modelo das atitudes.

Numa época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem asiática e europeia para os EUA, Bogardus (1928) estudou as ‘atitudes raciais’ dos americanos a partir de uma Escala de Distância Social. Os participantes (americanos brancos) deveriam indicar as suas atitudes face a diversos grupos raciais, étnicos e religiosos (por exemplo: franceses, indianos, judeus, chineses, ingleses, negros, etc.), numa escala de sete pontos, ordenados da menor distância à maior distância social: ‘casaria com um membro deste grupo’; ‘aceitaria como amigo íntimo’; ‘aceitaria como vizinho do lado’; ‘aceitaria como colega de escritório’; ‘aceitaria como conhecido’; ‘apenas como turista no país’; ‘excluí-los-ia do país’ (Lima, 1993/2000: 198).

O estudo revelou que os participantes rejeitavam, sobretudo, os grupos de origem asiática e africana, preferindo os imigrantes de origem europeia, principalmente os anglosaxónicos e os nórdicos. Esta hierarquização dos grupos estava em perfeita consonância com os estudos do ‘racismo científico’ realizados no século XIX e início do século XX, testemunhando o carácter normativo do racismo nesse período nos EUA e na Europa. No início da década de quarenta, Hartley efectuou um estudo sobre o preconceito em relação a 49 grupos-alvo utilizando a escala de Bogardus. Para além dos grupos-alvo presentes no estudo precedente, Hartley averiguou o preconceito em relação a grupos políticos (nazis, socialistas, comunistas, etc.) e a três grupos fictícios: *Danarean*, *Pirenean* e *Wallonian* (1946/1969: 5).

Os resultados indicadores de maior distância social foram obtidos pelos grupos políticos “extremistas” (nazis, fascistas e

comunistas), logo seguidos dos grupos *étnicos* minoritários – judeus, negros, turcos, árabes, chineses, hindus, mexicanos, imigrantes da Europa de Leste (romenos, russos, lituânios, etc.), e imigrantes da Europa Mediterrânica (gregos, italianos e portugueses). Mais uma vez, os imigrantes anglo-saxónicos e nórdicos (irlandeses, ingleses, alemães, dinamarqueses, etc.) obtiveram resultados indicadores de menor distância social, e o grupo de pertença foi o único a ocupar o topo da escala.

O aspecto mais curioso deste estudo é que os três grupos fictícios obtiveram resultados idênticos aos dos grupos étnicos ‘indesejáveis’, indicadores de grande distância social, isto é, a simples evocação de um grupo desconhecido, logo minoritário e eventualmente perigoso, levou os participantes a rejeitar esses grupos. Estes resultados demonstram que o preconceito não está directamente ligado ao nível de conhecimento dos grupos-alvo em causa e são indicadores do carácter normativo da discriminação social nesta época, já que os participantes não hesitaram em discriminar com base num simples rótulo evocativo de minoria étnica.

No início do estudo das atitudes, estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos, pressupondo-se que as atitudes eram boas predictoras do comportamento. No entanto, o poder preditivo das atitudes, avaliadas por questionários, foi questionado por LaPiere, num estudo clássico sobre preconceito racial.

LaPiere, um psicólogo social americano *branco*, viajou pelos EUA acompanhado por um casal de chineses, bem parecidos e bem vestidos, muito sorridentes e com um “inglês sem pronúncia” (1934: 232). O autor foi anotando as reacções dos funcionários dos diversos estabelecimentos hoteleiros. Nesta viagem foram recebidos em 66 hotéis e em 184 restaurantes e cafés, tendo apenas sofrido uma recusa num hotel. Algum tempo depois foi enviada uma carta a cada um destes estabelecimentos, perguntando se aceitariam chineses como clientes. Das respostas recebidas, 92% eram negativas, tendo as restantes afirmado que dependeria das circunstâncias.

Estes resultados mostraram que é possível haver uma manifestação de tolerância ao

nível comportamental e, simultaneamente, uma expressão de intolerância ao nível atitudinal, pelo que foram interpretados como reflectindo uma inconsistência entre atitudes e comportamentos (Lima, 1993/2000). Para além da importância deste aspecto, interessa-nos salientar outro: este estudo demonstra claramente o carácter normativo da discriminação racial nos EUA nos anos 30. Nesta altura, havia um forte preconceito contra os chineses, sendo comum os restaurantes e lojas terem uma placa à porta com a seguinte inscrição: “É proibida a entrada a cães e a chineses”.

A discrepância entre atitudes e comportamentos está bem ilustrada empiricamente por réplicas do estudo de LaPiere. Por exemplo, Kutner, Wilkins e Yarrow (1952) replicaram este estudo de LaPiere usando como grupo-alvo os *negros*, tendo obtido resultados idênticos. De referir, no entanto, que o estudo foi realizado com três jovens, duas *brancas* e uma *negra*, “bem vestidas e bem educadas” (p.649). Assim, tanto neste estudo como no anterior, o estatuto social percebido das pessoas-alvo poderá ter tido forte impacto nos resultados.

Apesar das críticas iniciais ao método de questionário, esse foi, sem dúvida, o mais popular no estudo dos estereótipos, pelo menos até à ‘revolução cognitiva’. O método mais utilizado foi o da ‘lista de adjetivos’, desenvolvido por Katz e Braly (1933; 1935). Os autores construíram uma lista de 84 traços de personalidade, seleccionados a partir da imprensa e da literatura da época e/ou fornecidos por uma amostra de 100 estudantes universitários (americanos *brancos*) nas descrições de dez grupos: alemães, americanos, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, negros e turcos.

Katz e Braly (1933) pediram a uma outra amostra de 100 estudantes universitários para seleccionarem os cinco traços mais típicos de cada um dos dez grupos-alvo referidos. Não surpreendentemente para a época, os ‘americanos’ (referindo-se aos americanos *brancos*) foram considerados empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os ‘negros’ foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, ao grupo de pertença (americanos) foram

atribuídas características positivas, consonantes com o chamado ‘sonho americano’, enquanto que aos ‘negros’ foram atribuídas características negativas que contrariavam os valores dominantes da sociedade americana, justificando assim a sua exclusão social. Outro aspecto importante ressalta dos resultados: o estereótipo sobre os ‘negros’ é muito mais uniforme do que o estereótipo sobre os ‘americanos’, sendo relativamente a este grupo que existe menor consenso entre os participantes. Assim, mais uma vez se verifica que o elevado consenso dos estereótipos não está ligado ao maior nível de contacto com os grupos-alvo em causa, já que os estudantes em questão tinham pouco ou nenhum contacto directo com os grupos sobre os quais havia maior consenso. Katz e Braly (1933; 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural. Para os autores, os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização (família, escola, meios de comunicação social, etc.), o que explica o consenso dos estereótipos face aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento ‘real’ dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural.

Uma réplica do estudo de Katz e Braly, realizada no início dos anos cinquenta, na mesma universidade (Gilbert, 1951), indicava um declínio na consistência dos estereótipos face a certas minorias, nomeadamente os ‘negros’ e os ‘judeus’. Este “fading effect” foi atribuído à difusão de imagens mais tolerantes desses grupos nos *mass media*, a uma maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes e ainda ao facto da composição sociológica dos estudantes de Princeton ser menos elitista do que a da década de 30.

Segundo Gilbert (1951), os estudantes tornaram-se mais ‘sofisticados’ e ‘objectivos’ tendo relutância em efectuar generalizações infundadas acerca de outros grupos, o que conduziu o autor a um certo optimismo. Replicações realizadas por outros autores noutros locais na década de 50 pareciam confirmar o declínio dos estereótipos, mostrando que estes não eram ‘rígidos’, mas ‘flexíveis’, isto é, sensíveis às mudanças sociais ocorridas depois da II Guerra Mundial.

Contudo, uma segunda réplica do mesmo estudo na Universidade de Princeton realizada nos anos sessenta (Karlins, Coffman e Walters, 1969) produziu resultados que desiludiram os psicólogos sociais. Embora o conteúdo de alguns estereótipos tivesse sofrido alterações e se apresentasse globalmente mais positivo, aos ‘americanos’ e aos grupos de origem europeia continuavam a ser associados atributos com grande desejabilidade social, consonantes com os valores da sociedade americana, enquanto que aos grupos minoritários de origem africana e asiática continuavam a ser associados atributos socialmente indesejáveis.

Verificou-se igualmente um incremento da consistência dos estereótipos face a algumas minorias étnicas, contrariando a tendência observada nos anos 50. Em contrapartida, o estereótipo dos ‘americanos’ foi o que apresentou menor consistência, confirmando os resultados dos anos 30. No que respeita ao estereótipo dos ‘negros’, os autores fazem a seguinte observação:

“The most dramatic and consistent trend over then 25- years period has been the more favorable characterization of the Negro. [...] The ‘new view’ of the Negro focuses on the term ‘musical’ (47%) and includes ‘pleasure loving’ (26%), ‘ostentatious’ (25%), and ‘happy-go-lucky’ (27%). This image would appear to be more innocuous modern counterpart of the minstrel figure, probably reflecting the success of Negroes in the popular entertainment world supported by teen-age and collegiate audiences. Certainly, the Civil Rights movement of the past decade has strongly influenced the present generation of college students” (Karlins *et al*, 1969: 8).

Mas, se analisarmos o conteúdo do estereótipo dos ‘negros’ à luz dos valores da sociedade ocidental, constatamos que esta ‘nova visão’ dos negros corresponde mais a uma mudança facial do que profunda, já que a este grupo são negadas as características instrumentais necessárias para participarem no desenvolvimento e progresso da sociedade.

de, sendo-lhes atribuídas características expressivas e exóticas, o que, embora apresentando uma conotação positiva nas camadas juvenis, continua a retirar-lhes o estatuto de pessoa adulta, responsável e com capacidade de realização. De salientar que este padrão de resultados continua a ser encontrado hoje em dia em estudos realizados em diversos países ocidentais relativamente às minorias de origem africana (e.g., Cabecinhas, 2002).

No estudo realizado por Karlins e colaboradores (1969) constatou-se, mais uma vez, que o grau de consenso dos estereótipos sobre determinado grupo não está directamente ligado ao grau de preconceito exibido em relação a esse grupo. Comparando os seus resultados com os de Gilbert (1951), os autores salientam:

“the apparent ‘fading’ of social stereotypes in 1951 is not upheld as a genuine overall trend. Where traditional assignments have declined in frequency they have, in the long run, been replaced by others, resulting in restored stereotypes uniformity. (...) *A feature of this data which is still impressive is the extent to which ‘new’ stereotypes resemble previous ones. Paradoxically enough, the changes which have occurred stand out because so much has remained the same.* Uniformity and favorableness scores correlate significantly across the three generations of students. The collections of traits selected to characterize specific groups are very much alike from one generation to the next, though the relative popularities of those traits have been thoroughly rearranged. *A great deal of change consists of a shift of emphasis in the already existing picture*” (Karlins *et al.*, 1969: 14; itálico nosso).

Como os autores referem, o conteúdo dos ‘novos estereótipos’ é mais consistente com as “atitudes mais liberais” da sociedade americana, como demonstrado em diversos estudos nos anos 60. A esse propósito, os autores citam Triandis e Vassiliou (1967: 238): “it is no longer appropriate to be prejudice toward other groups”. Isso não

significa que o preconceito tenha desaparecido, pois, como os próprios autores salientam, alguns dos resultados obtidos “are too good to be true” (Karlins *et al.*, 1969: 11).

Nesse sentido, os autores salientaram a necessidade de distinguir entre estereótipo *pessoal*, fenómeno psicológico, e estereótipo *social*, fenómeno cultural:

“we may refer to a single individual’s assignments as his *personal stereotype* and the consensual assignment of a given population of judges as a *social stereotype*. (...) The absence of a traditional pattern of stereotyping may not indicate a decline of stereotyping itself, but perhaps the formation of a revised social consensus” (Karlins *et al.*, 1969: 3; itálico no original).

Os resultados de um estudo realizado por Sigall e Page (1971) são bem elucidativos das pressões normativas que deram origem aos ‘novos racismos’. Os autores complementaram o uso da tradicional lista de adjetivos com uma manipulação experimental. Numa das condições os participantes respondiam simplesmente (condição controlo) e na outra (*bogus pipeline*) eram informados que o experimentador detinha uma medida fisiológica infalível capaz de medir a atitude, uma espécie de ‘detector de mentiras’. Os autores compararam os estereótipos dos participantes (americanos *brancos*) face aos *americanos* e aos *negros*, nas duas condições de resposta. Verificou-se que na condição *bogus pipeline* o estereótipo relativo aos ‘americanos’ era mais favorável e o relativo aos ‘negros’ mais desfavorável do que na condição controlo, isto é, o favoritismo pelo grupo de pertença aumentou quando os participantes julgavam que a sua ‘verdadeira atitude’ estava a ser medida através de um instrumento infalível. Sigall e Page consideram este resultado “as relatively distortion-free, as more honest and ‘truer’ than rating-condition responses” (p.254; citados por Oakes *et al.*, 1994), o que sugere que os estudos com base na lista de adjetivos, sobretudo os realizados a partir do momento em que se tornou contra-

normativo discriminar, subestimam os estereótipos negativos e o preconceito.

Numa revisão sobre as mudanças ocorridas na expressão dos estereótipos relativamente aos ‘negros’, Dovidio e Gaertner (1991) afirmam: “adjective checklist studies, in which respondents are asked to select traits that are the most typical of particular racial or ethnic categories, indicate that negative stereotypes are consistently fading” (p.202). No entanto, os autores salientam que a evolução observada no conteúdo e na consistência dos estereótipos pode decorrer mais de uma maior sensibilidade às normas sociais anti-discriminação do que de uma verdadeira mudança nos estereótipos.

No entanto, esta interpretação de carácter normativo é recusada por autores da perspectiva da cognição social, que interpretam estes resultados estabelecendo uma clara distinção entre crenças pessoais e estereótipos culturais (e.g., Devine, 1989; Devine e Elliot, 1995).

Numa ‘revisitação da triologia de Princeton’, Devine e Elliot (1995: 1142) introduziram algumas alterações no procedimento com vista a colmatar algumas “falhas metodológicas” dos estudos precedentes. Partido da lista de adjetivos de Katz e Braly (1933) efectuaram as seguintes alterações: introduziram novos adjetivos com o objectivo de actualizar a referida lista (esses adjetivos foram os seguintes: “athletic, criminal, hostile, low intelligence, poor, rhythmic, sexually perverse, uneducated, and violent”); os participantes responderam duas vezes à referida lista, uma vez tendo em conta as suas ‘crenças pessoais’ e outra partindo dos ‘estereótipos culturais’ (efectuadas em ordem contrabalançada); e, finalmente, os participantes responderam a uma “nonreactive measure of anti-Black attitudes” que consistia na Escala de Racismo Moderno (*Modern Racism Scale*) de McConahay (1986). Comparando as respostas dos participantes nas condições de “stereotype assessment” e “personal belief assessment”, os autores salientam:

“In contrast to the commonly espoused fading stereotype proposition, data suggest that there

exist a consistent and negative contemporary stereotype of Blacks (p.1139). (...) The stereotype has remained stable through the years (in consistency and valence, not necessarily in specific content), whereas personal beliefs have undergone a revision” (Devine e Elliot, 1995: 1141).

Na perspectiva dos autores, enquanto o estereótipo cultural dos ‘negros’ é consistente e muito negativo, as crenças pessoais são muito mais positivas, especialmente as crenças pessoais dos participantes que demonstram uma atitude favorável aos negros na Escala de Racismo Moderno (MRS). Segundo os autores, a comparação dos resultados obtidos pelos participantes muito e pouco preconceituosos na MRS apoia o modelo dissociativo de Devine (1989), segundo o qual “high- and low-prejudiced individuals both possess the same stereotype of Blacks but that the stereotype is only endorsed by the former group of individuals” (Devine e Elliot, 1995: 1145). No entanto, em determinadas circunstâncias (por exemplo, nas situações de sobrecarga de informação) pode haver uma ‘contaminação mental’ pelos estereótipos, levando os indivíduos não preconceituosos a ser influenciados por estes, uma vez que, tendo sido aprendidos ao longo do processo de socialização, estão armazenados na memória, interferindo nos processos cognitivos dos indivíduos, a não ser que estes estejam permanentemente vigilantes a uma possível ‘contaminação mental’ e procurem evitá-la activamente, o que exige grande esforço cognitivo e motivação.

No nosso entendimento, esta interpretação, baseada na clara separação entre ‘crenças pessoais’ e ‘estereótipos culturais’ e pressupondo que quando os indivíduos ‘não preconceituosos’, em situações de grande carga cognitiva (Devine, 1989), associam mentalmente características negativas aos *negros* porque sofrem uma ‘contaminação mental’ pelos ‘estereótipos culturais’ é inaceitável, pois não se coaduna com a conceptualização dos estereótipos sociais enquanto ‘representações sociais’ (Moscovici, 1988).⁴

Se os estereótipos culturais existem, mas não estão na cabeça de ninguém, ou de quase ninguém, onde se encontram então? E se não estão na cabeça das pessoas 'não preconceituosas' porque é que estas têm que ter energia mental disponível e motivação para não se deixar influenciar por eles?

Na nossa perspectiva, os resultados de diversos estudos indicando crenças pessoais mais positivas do que os estereótipos sociais (e.g., Devine e Elliot, 1995; Garcia-Marques, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999) assim como os estudos que indicam que as pessoas

geralmente se consideram menos racistas do que a média das pessoas do seu grupo de pertença (e.g., Miranda, 2001), podem ser interpretados como uma manifestação do efeito *Primus Inter Pares* (Codol, 1975). Conhecendo as normas sociais de não discriminação, os indivíduos tendem a apresentar-se de forma mais consonante com essas normas do que os restantes membros da sociedade em que se encontram, o que consiste numa forma de obter distintividade pessoal através da adesão a normas socialmente valorizadas.

Bibliografia

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswilk, E., Levinson, D. J., e Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Row.

Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley. **Bruner, J. S.** (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64, 123-152.

Bruner, J. S., e Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2, pp. 634-654). Reading MA: Addison-Wesley.

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Cabecinhas, R., e Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58, 40-50.

Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.

Devine, P. G., e Elliot, A. J. (1995). Are stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1139-1150.

Dovidio J. F., e Gaertner, S. L. (Eds.). (1986). *Prejudice, Discrimination and Racism*. Nova Iorque: Academic Press.

Garcia-Marques, L. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? In J. Vala (Org.). *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 121-131). Lisboa: Celta.

Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46, 245-254.

Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 12). Nova Iorque: Academic Press.

Hartley, E. L. (1946/1969). *Problems in Prejudice*. Nova Iorque: King's Crown Press.

Karlins, M., Coffman, T. L., e Walters, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 1-16.

Katz, D., e Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.

Katz, D., e Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.

Kutner, B., Wilkins, C., e Yarrow, P. R. (1952). Verbal attitudes and overt behavior involving racial prejudice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 47, 649-652.

LaPierre, R. T. (1934). Attitudes versus action. *Social Forces*. 13, 230-237.

Leyens, J.-Ph., Yzerbyt, V., e Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition*. Londres: Sage.

Lima, L. (1993/2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala e M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia social* (4.ª Ed., pp. 187-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lippmann, W. (1922/1961). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press.

Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groups dominés. Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). Nova Iorque: Academic Press.

Merton, R. (1949/1968). Contribuições à teoria do comportamento do grupo de referência. In *Sociologia – Teoria e Estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou.

Miranda, J. C. (2001). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

Oakes, P. J., Haslam, S. A., e Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and Social Reality*. Oxford: Blackwell.

Platão (s.d./2001). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Quattrone, G. A., e Jones, E. E. (1980). The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38,141-152.

Rokeach, M. (1948). Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 43, 259-278.

Snyder, M. (1981). On the self-perpetuating nature of social stereotypes. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 183-212). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H., e Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.

Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999a). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

² A expressão ‘cognição social’ foi introduzida na Psicologia Social por Bruner e Tagiuri (1954), num artigo sobre a percepção de pessoas. Na altura, esta expressão não captou a atenção dos investigadores, que a consideraram demasiado vaga e imprecisa (Leyens, Yzerbyt e Schadrin, 1994: 15). Esta designação só viria a tornar-se corrente nos anos oitenta, quando a perspectiva da cognição social se tornou dominante no seio da disciplina.

³ Posteriormente, foi demonstrado que estes enviesamentos perceptivos não são simétricos ou universais, mas estão dependentes do contexto e da estrutura das relações entre os grupos (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1998; Cabecinhas e Amâncio, 1999).

⁴ Na acepção de Tajfel (1981/1983), os estereótipos sociais são representações socialmente partilhadas sobre as características e os comportamentos de determinados grupos humanos, estratificados segundo critérios socialmente valorizados e traduzindo uma determinada ordem nas relações intergrupais. Neste sentido, existe uma coincidência conceptual entre estereótipos sociais e representações sociais. No entanto, o conceito de representação social é mais amplo do que o de estereótipo social, uma vez que o primeiro abrange todo o tipo de representações independentemente do seu objecto, desde que estas sejam partilhadas no seio de determinado grupo social, enquanto que o segundo se restringe às representações sobre grupos humanos.

¹ Universidade do Minho.